

## Resumo (Direito)

# POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIDAS NO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO: O DIREITO CONSTITUCIONAL À EDUCAÇÃO EM FOCO

 <https://doi.org/10.31072/rcf.v9iedespdir.701>

### Elana da Silva Mendes

Discente do Curso de Direito da Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA. E-mail: [elanamendes@outlook.com](mailto:elanamendes@outlook.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3046-2700>.

### Oseias Messias Leite

Discente do Curso de Direito da Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA. E-mail: [oseiasmessias18@hotmail.com](mailto:oseiasmessias18@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3551-287X>.

### Rita Amara de Jesus

Discente do Curso de Direito da Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA. E-mail: [rita\\_amara82@hotmail.com](mailto:rita_amara82@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4661-9648>.

### Sidneia Dalpra Lima

Discente do Curso de Direito da Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA. E-mail: [sidneiadalpra@gmail.com](mailto:sidneiadalpra@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7333-0367>.

### Vanessa Dias dos Santos

Discente do Curso de Direito da Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA. E-mail: [vsantos325474@gmail.com](mailto:vsantos325474@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4451-4276>.

Copyright<sup>1</sup>:



Submetido em: 01 dez. 2018. Aprovado em: 05 dez. 2018. Publicado em: 15 dez. 2018.  
E-mail para correspondência: [elanamendes@outlook.com](mailto:elanamendes@outlook.com).

**Palavras-chave:**  
Direito à educação  
Ensino  
fundamental  
Políticas públicas

**RESUMO:** O sistema educacional brasileiro tem se moldado, ou pelo menos, vem tentando se moldar ao longo dos anos. Essencial após o advento do Texto Constitucional de 1988, a educação passou a ser consagrada como um direito fundamental, regulamentando especificamente o assunto no seu artigo 205, que a educação cuida de um direito de todos e é um dever compartilhado do Estado e da família, a ser promovido e incentivado com a colaboração da sociedade. Sobre esse direito, o trabalho objetivou precipuamente investigar o funcionamento de políticas públicas desenvolvidas no ensino fundamental nas escolas do município de Ariquemes/RO, vindo a identificar nesse ponto a problemática da pesquisa, qual seja, um cenário deficiente do cumprimento dos deveres inerentes municipais na garantia do gozo pleno ao direito constitucional à educação. Nesse contexto, importante destacar que apesar do Plano Municipal estar de acordo com o recomendado no Plano Nacional de Educação - PNE e o Município de Ariquemes atender 97,9% (noventa e sete vírgula nove por cento) dos alunos que os procuram, não há a aplicação de nenhuma medida no sentido de zelar pela permanência dos alunos nas salas de aula, tampouco, para buscar aqueles que estão fora delas. Notou-se que apesar de serem adotadas medidas no sentido de acompanhar a evasão

<sup>1</sup> Atribuição CC BY: Este é um artigo de acesso aberto e distribuído sob os Termos da *Creative Commons Attribution License*. A licença permite o uso, a distribuição e a reprodução irrestrita, em qualquer meio, desde que creditado as fontes originais.

escolar, não existem de fato medidas eficazes para garantir o retorno desses alunos ao ambiente escolar e que, embora a chamada pública, seja uma medida de grande publicidade e transparência, ela garante apenas que aqueles que tenham interesse possam ser atendidos, não garantindo desse modo, o acesso à educação a todos os municípios. Para concretização deste estudo, em relação aos procedimentos metodológicos, utilizou-se de estudos bibliográficos e documentais, com o objetivo de debater os contextos referentes ao tema analisado.

## REFERÊNCIAS

ARIQUEMES. Lei Municipal nº 1.947, de 09 de julho de 2015: aprova o Plano Municipal de Educação-PME, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.camaradeariquesmes.ro.gov.br/projeto\\_leis/2015-leis/2149-lei-no-1947-2015-projeto-2390-2015/file](http://www.camaradeariquesmes.ro.gov.br/projeto_leis/2015-leis/2149-lei-no-1947-2015-projeto-2390-2015/file)>. Acesso em 01 nov. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em 13 out. 2018.

BRASIL, Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Disponível

em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em 03 nov. 2018.

TEIXEIRA, Elenaldo. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. Disponível em: <http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspUBLICAS.pdf>. Acesso em 04 nov. 2018.

MEC.Ministério da Educação. Portal do Governo Brasileiro. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 04 nov. 2018

## Como citar (NBR 6023)

MENDES, E. S.; LEITE, O. M.; DE JESUS, R. A.; LIMA, S. D.; DOS SANTOS, V. D. Políticas públicas desenvolvidas no ensino fundamental no município de Ariquesmes/RO: um olhar sobre o direito constitucional à educação. *Rev Cient Fac Educ e Meio Ambiente*, Ariquesmes, v. 9, n. edespdir, p. 656-657, 2018. doi: <https://doi.org/10.31072/rcf.v9iedespdir.701>.